

PROMOTORIA DE CEILÂNDIA

MPDFT investe em novas instalações para atendimento ao público



Procurador-Geral de Justiça do DF, Eduardo Albuquerque, e o Presidente do TJDF, Desembargador Edmundo Minervino, inauguram juntos as instalações da Promotoria de Ceilândia

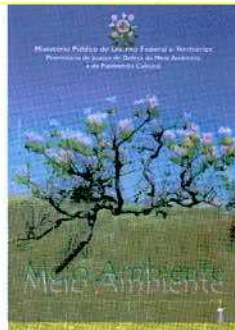
Pouco tempo após sua inauguração, a Promotoria de Justiça da Circunscrição Judiciária de Ceilândia ainda é motivo de comemoração por parte dos Promotores de Justiça, servidores e dos cidadãos que são diariamente recebidos. O novo local, com 1.700 m² - o antigo possuía apenas 235 m² -, irá atender, de forma mais adequada, ao público que procura diariamente o MPDFT daquela circunscrição.

Página 3

CARTILHA EDUCATIVA

MPDFT prepara a segunda edição da Cartilha do Meio Ambiente

Página 5



Saiba mais

Prodecon em ação: banco devolve R\$ 612 mil a 5 mil pessoas no DF

2

Em destaque: ações do MPDFT para defender segurança e saúde de adolescentes e crianças

7

O trabalho da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão pela garantia de um serviço público de qualidade

8

MPDFT PEDE URGÊNCIA PARA PROJETO DE CRIAÇÃO DE CARGOS

O Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, e o Diretor-Geral, Eduardo Sabo, foram recebidos em audiência pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, no dia 13 de março. Na oportunidade, após discorrer sobre a atuação e os projetos de expansão de trabalho do MPDFT, o Procurador-Geral solicitou urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 3.010/00, que dispõe sobre a criação de novos cargos de Procurador de Justiça (7), Promotor de Justiça (113) e Promotor de Justiça Adjunto (63). O Presidente da Câmara demonstrou interesse em colocar a matéria em pauta, o que depende, também, da decisão do colégio de líderes partidários. Aécio Neves cumprimentou o Ministério Público pelo trabalho que vem realizando.



O Procurador-Geral de Justiça do DF, Eduardo Albuquerque, entrega o Projeto de Lei ao Presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves. Ao lado, o Diretor-Geral, Promotor de Justiça Eduardo Sabo

NOVO CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA



O Procurador de Justiça Amarílio Tadeu Freesz de Almeida, um dos nomes indicados pelo Conselho Superior, é o novo Corregedor-Geral do MPDFT. O Procurador tomou posse, em 8 de fevereiro, no salão nobre do Edifício-Sede, quando vários Procuradores e Promotores de Justiça compareceram para levar a Amarílio Tadeu os cumprimentos e votos de felicidades em suas novas atribuições.

NOTAS

DEVOLUÇÃO DE R\$ 612 MIL A 5 MIL CONSUMIDORES

A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor está comemorando a devolução de cerca de R\$ 612 mil para clientes do ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A., em consequência de cobrança indevida de taxa.

O banco havia cobrado de consumidores que celebraram contratos de *leasing* no DF uma taxa indevida de R\$ 1,70, por emissão de lâminas (boletos bancários), sem previsão contratual.

Considerando que a cobrança contraria as normas de proteção do consumidor, por ação da PRODECON, o banco teve que devolver a quantia em dobro aos clientes que pagaram a taxa (cerca de 5 mil pessoas no DF). Cada cliente pagou a mais cerca de R\$ 61,02 e recebeu de volta até R\$ 122,04, o que significa que o banco devolveu, aproximadamente, R\$ 612 mil pela cobrança indevida.

A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor do MPDFT determinou o envio de expedientes aos Ministérios Públicos de todos os Estados, com cópias do termo de ajustamento de conduta para que possam tomar as eventuais medidas cabíveis, em casos semelhantes.

REFORMA DO CPP COMEÇA A TRAMITAR

Começam a tramitar na Câmara dos Deputados os vários projetos de lei, encaminhados pelo Poder Executivo e elaborados pela comissão de juristas constituída pela Portaria nº 61, de 20 de janeiro de 2000, que alteram o Código de Processo Penal.

O PL nº 4.203/01 objetiva fazer alterações em artigos relativos ao Tribunal do Júri; o de nº 4.204/01 trata “do interrogatório do acusado e da defesa efetiva”. O PL nº 4.205/01 propõe modificar pontos do DL nº 3.689, relativamente à prova, enquanto o de nº 4.206/01 dedica-se “aos recursos e ações de impugnação”. Outros projetos tratam da “suspensão do processo, *emendatio libelli*, *mutatio libelli* e aos procedimentos” (PL nº 4.207/01); da “prisão, medidas cautelares e liberdade” (PL nº 4.208/01); da “investigação criminal” (PL nº 4.209/01); e da “prisão especial” (PL nº 4.210/01). Em outra mensagem, o Executivo solicitou o regime de urgência, previsto no § 1º do art.64 – CF, para o PL nº 3.532/00, que altera os artigos 342 e 343 e acrescenta dispositivos aos artigos 5º e 268 do Código de Processo Penal. Os avulsos das referidas proposições encontram-se à disposição na Assessoria Parlamentar – Comunicação Social – 8º andar do Edifício-Sede, sala 813, ramais nº 601 e 669.

Boletim do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é uma publicação mensal editada pela Assessoria de Comunicação Social do MPDFT - Eixo Monumental - Praça do Buriti- lote 2 – Edifício-Sede – Brasília – DF – CEP: 70.091-900. Telefones: (61) 343-9604/343-9601 / 343-9690. Fax.: (61) 343-9754 – <http://www.mpdft.gov.br>.

Procurador-Geral de Justiça: Eduardo Albuquerque
Vice-Procuradora-Geral de Justiça: Nídia Corrêa Lima
Corregedor-Geral: Amarílio Tadeu Freesz de Almeida
Chefe de Gabinete: Andreilino Bento Santos Filho
Diretor-Geral: José Eduardo Sabo Paes

Redação: Patrícia Oliveira, Virgínia Camargo, Aldo Gil, Ana Gleice Queiroz e Taiana Santos
Fotografia: Ednair Macedo Alves e Eliane Machado
Revisão: Filemon Félix
Tiragem: 2.000 exemplares - **Impressão:** Gráfica Continental

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CEILÂNDIA INAUGURA NOVAS INSTALAÇÕES

A necessidade de ampliação do espaço físico da Promotoria de Justiça de Ceilândia foi verificada em 1996, quando foram instaladas quatro Promotorias, uma cível e três de família. À época, o Promotor de Justiça Amaury Damasceno e Vasconcelos, que ocupava a Promotoria-Chefe, buscou reorganizar o local, diminuindo o espaço do próprio gabinete. Mas as novas salas não chegaram a ser utilizadas. Sensibilizado com a situação

de Membros, funcionários e cidadãos, o atual Promotor-Chefe da Circunscrição, Fernando César Valente, atuou em busca de alternativas. Descobriu a existência de uma ala desocupada no Fórum de Ceilândia e, junto com o Procurador-Geral de Justiça do DF, Eduardo Albuquerque, negociou a cessão de uso com o Presidente do TJDF, Desembargador Edmundo Minervino Dias. Pelo contrato firmado, o MPDFT utilizará as instalações por dez anos.

Quem trabalha na Promotoria de Ceilândia aplaude o acordo. O servidor Marcelino Efigênio Madureira, por exemplo, afirma que as condições de trabalho ficaram excelentes. Ele



Da esquerda para a direita: Promotor-Chefe de Ceilândia, Fernando César Valente, Presidente do TJDF, Desembargador Edmundo Minervino Dias, Procurador-Geral do DF, Eduardo Albuquerque, Diretor do Fórum de Ceilândia, Juiz Aziel Henrique de Sousa, e frei José de Arimatheia, da Paróquia São Marcos e São Lucas

lembra do tempo em que todas as divisões (cível, criminal e família) ocupavam uma única sala. "Não havia mesas suficientes, nem máquinas de escrever e tínhamos que fazer rodízio", lembra Marcelino.

Para o Promotor de Justiça José Theodoro de Carvalho, a grande vantagem do novo espaço é a privacidade funcional. Ele explica que "a conversa e o telefone atrapalhavam a concentração, além do constrangimento em certas ocasiões de oitiva de testemunhas". O Promotor relembra que já precisou pedir aos outros Promotores que se retirassem da sala, para que pudesse conversar com uma menor de 16 anos, vítima de abuso sexual.

A comunidade também está satisfeita com as novas instalações. O comerciante João de Souza Barbosa é um exemplo. Ele acompanha o processo do filho de 15 anos, executado, em 1996, por um policial militar durante assalto a um caminhão de refrigerantes. João elogia o trabalho e diz que sempre foi bem atendido na Promotoria de Ceilândia, mas que agora se sente mais à vontade. O advogado José Valter Ferreira pensa que é fundamental a privacidade entre Ministério Público, advogado e

cidadão: "às vezes, a pessoa deixa de dar informações em juízo, mas se solta com o Promotor, porque ele inspira confiança", justifica.

No ano passado, de janeiro a novembro, a Promotoria de Justiça de Ceilândia recebeu 33.753 feitos processuais. No total, a estatística de trabalho da Promotoria, em 2000, soma 42.075 atos praticados, sendo quase 22 mil processos por ano, 12 mil inquéritos e demais feitos, como visitas a delegacias, notificações, audiências e sessões. A cidade de Ceilândia, com aproximadamente 400 mil habitantes, é também o local onde reside 1/3 dos sentenciados e autores de atos infracionais no Distrito Federal.

LEI AUTORIZA DOAÇÃO DE LOTE PARA PROMOTORIA DO GAMA

A Promotoria de Justiça da Circunscrição Judiciária do Gama receberá, em breve, o terreno de dez mil metros quadrados destinado à construção da sede daquela Promotoria. A doação está autorizada pela Lei Complementar de n.º 359, publicada no Diário Oficial do

Distrito Federal, em 18 de janeiro último, e destina ao MPDFT a Área Especial 2, quadra 1, setor norte da Região Administrativa do Gama - RA II, entre a 3ª Companhia Regional de Incêndio e o Fórum, terreno considerado ideal para a Promotoria pela proximidade com o Fórum da região.

MPDFT INVESTE EM SEGURANÇA INTERNA

Em novembro de 2000, o MPDFT iniciou projeto para reforçar a segurança interna. Dentre as medidas propostas, já foram instalados o equipamento de monitoramento eletrônico, composto por 16 câmeras de vídeo programadas para gravar por 72 horas ininterruptas; o detector de metais, e a máquina de raio X (mais conhecida como "detector de bombas"), que faz inspeção de volumes e objetos, como bolsas e pastas. A Direção-Geral pretende, ainda, aumentar o número de vigilantes, a quantidade de câmeras de 16 para 27, informatizar a portaria e retomar a ronda nos andares. Todos os dias, cerca de 400 pessoas visitam o MPDFT,



Todos os visitantes passam pelo detector de metais

que dispõe de onze policiais militares com postos fixos na portaria, primeiro, quarto e nono andares, considerados os pontos mais movimentados. Nos estacionamentos interno e externo, 14 vigilantes, divididos em cinco postos, controlam o acesso de veículos. Os visitantes são identificados, filmados e recebem etiqueta que deverá ser devolvida na saída. A segurança usa cinco cores diferentes nas etiquetas, que não se repetem durante a semana.

ACESSO FÁCIL À INTRANET

Membros e servidores podem acessar, de fora do MPDFT, os serviços e informações da Intranet (rede interna da Instituição). Conforme estatísticas do Departamento de Modernização Administrativa, somente na primeira quinzena de fevereiro, houve 470 acessos, comprovando, assim, a ampla utilidade do serviço.

O procedimento é o mesmo utilizado no MPDFT:

- 1º- Acessar a Internet pelo seu provedor;
- 2º- Abrir a página do MPDFT:
(<http://www.mpdft.gov.br>);
- 3º- Clicar no *link* Intranet;
- 4º- Clicar *sim* para alerta de segurança;
- 5º- Indicar nome e senha na janela de diálogo
(os mesmos usados no MPDFT);
- 6º- Escolher o serviço oferecido na tela da Intranet.

OBS: o navegador deverá ser o Internet Explorer 5.5, que pode ser obtido por meio do seu provedor (IG, BOL, ZAZ, ect)

ENFIM VERBA PARA PÓS-GRADUAÇÃO

Com o objetivo de promover a ampliação do conhecimento e o aperfeiçoamento profissional dos Membros, a Procuradoria-Geral de Justiça do DF regulamentou (Portaria nº 95/2001) o pagamento de inscrição e mensalidade de cursos de especialização, mestrado e doutorado, no país ou no exterior. Pela portaria, cerca de 30% da verba prevista para o "Programa Capacitação de Recursos Humanos" fica destinada ao custeio de pós-graduação para os Membros.

Para participar da seleção é exigido que o interessado não esteja respondendo a processos disciplinares e nem tenha sofrido penalidades nos últimos dois anos. Os pedidos serão analisados e classificados, em ordem decrescente, de acordo com a lista de antiguidade dos Membros. Os casos que exigirem afastamento do trabalho serão resolvidos pelo Conselho Superior.

A Promotora de Justiça de Defesa da

Infância e da Juventude Luciana Medeiros Costa já utiliza o benefício, cursando o mestrado em Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco. Ela elogia a iniciativa e explica que o grande beneficiado com a capacitação dos Membros é o próprio Ministério Público. "O Direito evolui e quem não estuda fica para trás", alerta a Promotora.

Quem decide buscar o benefício deve estar ciente das obrigações fixadas no Termo de Compromisso: 1) ressarcimento ao MPDFT em casos de desligamento do curso por insuficiência acadêmica, abandono ou trancamento de matrícula; 2) impossibilidade de solicitar novo curso, licença para tratar de interesse particular ou exoneração, antes de decorrido período igual ao afastamento para o curso; 3) encaminhamento à área de recursos humanos de relatório de acompanhamento e comprovação de frequência, ao final de cada semestre letivo; 4) apresentação ao Procurador-Geral de Jus-

tiça de exemplar da dissertação, tese ou monografia e do diploma ou certificado de conclusão do curso.

CAPACITAÇÃO TAMBÉM PARA SERVIDORES

Os servidores do MPDFT também são beneficiados pelo "Programa de Capacitação de Recursos Humanos", que paga até 50% dos cursos de pós-graduação. Neste ano, os recursos do Programa destinados à qualificação dos funcionários aumentou de 10% para 20%.

O analista processual Rafael Paulo Maia, assessor jurídico na Promotoria de Fazenda Pública, conseguiu ser custeado, em 10%, no curso de Direito Econômico da Fundação Getúlio Vargas. Rafael se diz satisfeito com a ajuda e destacou a imparcialidade e isenção no processo seletivo para concessão da bolsa.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE LANÇA CARTILHA EDUCATIVA

Com seus primeiros 2.500 exemplares esgotados logo depois do lançamento, a cartilha "Meio Ambiente", em breve, terá sua segunda edição impressa. Para atender a inúmeros pedidos de escolas, ONG'S, universidades, órgãos ambientais e associações ligadas ao meio ambiente, que procuram diariamente a Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, já está sendo providenciada a impressão de mais 2.500 exemplares.

O objetivo da cartilha é aproximar Ministério Público e comunidade no trabalho de proteção à fauna e flora. O conteúdo traz informações sobre as características e problemas ambientais do Distrito

Federal, suas unidades de conservação ambiental e os instrumentos legais de que dispõem o MPDFT e os cidadãos para promoverem medidas de defesa ao meio ambiente.

Para a Promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente Juliana Santilli, a cartilha é um importante instrumento educativo, porque orienta a comunidade sobre a importância da participação e colaboração com o trabalho da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente. Segundo a Promotora,



Da esquerda para direita: Ministro Interino do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, Promotora de Justiça Juliana Santilli e Procurador-Geral de Justiça do DF, Eduardo Albuquerque

a repercussão da cartilha está sendo muito boa: "já há gente procurando a Promotoria para conversar e entregar representação por escrito".

MODERNIZAÇÃO E AGILIDADE DOS SERVIÇOS

De acordo com pesquisas do Departamento de Modernização Administrativa, atualmente há um micro para cada dois servidores no MPDFT, e a expectativa é de que haja um micro para cada 1,4, até o fim deste ano. Segundo o chefe do DMA, José Joaquim de Araújo, os novos computadores serão destinados, especialmente, para as satélites, de acordo com a ordem cronológica das solicitações.

Outro novo equipamento— a *plotter*— instalada na Assessoria de Engenharia e Arquitetura, irá permitir a impressão de plantas e projetos e atender setores, como a Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, a Divisão de Perícias e a Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística. De acordo com os técnicos da área de Engenharia e Arquitetura, o uso da *plotter* permitirá a dinamização das atividades do setor, reduzindo o tempo gasto nas plotagens anteriores. Atualmente a *plotter* está sendo utilizada para acelerar os preparativos dos projetos de construção da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude.

Segundo o Chefe da Divisão de Perícias e Diligências, Antônio Lunardi,

AQUISIÇÕES:

- * 54 microcomputadores Pentium 3
- * 30 impressoras HP Deskjet 640 C
- * 24 scanners
- * 6 hubs (para estrutura da rede dos computadores)
- * 5 notebooks
- * 1 impressora laser
- * 5 aparelhos de fac-símiles
- * 7 televisores
- * 1 estação para edição de imagem e som
- * 1 plotter
- * 16 câmeras de vídeo para monitoramento eletrônico dos andares do edifício-sede
- * 1 detector de metais
- * 1 máquina de raio X (também conhecida como detector de bombas)
- * Além das aquisições também foram atualizados softwares de gerenciamento interno da informática e o Windows NT, sistema operacional de teleprocessamento.

a estação de edição de imagem e som irá possibilitar a análise e avaliação de provas produzidas por outros órgãos e, em casos específicos, a produção de provas requisitadas por Membros. Esse

serviço irá atender às Promotorias do Tribunal do Júri, Auditoria Militar, Promotorias Criminais, Promotoria do Meio Ambiente, Patrimônio Público, Assessoria de Comunicação Social, entre outras unidades.

Os softwares e sistemas operacionais dos servidores de rede (Windows NT) foram atualizados, melhorando a segurança e a qualidade de todos os serviços, como o compartilhamento de arquivos, Intranet e Internet.

Também foi priorizada a instalação de *no-break* (gerador que é acionado em caso de queda de energia) para as Promotorias de Ceilândia e Sobradinho e de estabilizador (impede a queima do equipamento no caso de pico de luz) para a Promotoria de Taguatinga.



Equipamento plotter irá agilizar o trabalho da Assessoria de Engenharia e Arquitetura

MPDFT COLABORA COM A FORMAÇÃO DE FUTUROS PROFISSIONAIS

Desde 1993, o MPDFT recebe alunos de nível superior, médio e do supletivo para realização de estágio. A intenção é proporcionar ao estudante o desenvolvimento de habilidades técnicas por meio do convívio profissional. Atualmente, são 50 estagiários de nível médio e um do supletivo auxiliando as tarefas de apoio administrativo, e 140 de nível superior, que atuam nas áreas do Direito, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Contábeis, Psicologia, Arquitetura, Economia, Odontologia, Engenharia e Processamento de Dados. Pelo critério de admissão, é necessário



*Diretor-Geral, Promotor de Justiça
Eduardo Sabo Paes*

ter concluído 40% do curso superior ou estar cursando o 2º ou 3º ano do nível médio. Servidores públicos também podem ser admitidos, mas não recebem remuneração pelo estágio.

Além de colocar em prática o aprendizado adquirido na faculdade e preencher créditos do currículo, o estágio pode ajudar o estudante a definir o ramo da profissão em que deseja atuar. Por exercerem um papel fundamental no auxílio ao trabalho dos Membros, a vinda dos estagiários é mais uma oportunidade de o MPDFT se fazer mais conhecido externamente, conforme destaca o Diretor-Geral, Eduardo Sabo: "Trata-se de uma importante oportunidade para que os estudantes conheçam melhor o MP. Sobretudo é uma excelente chance para que o MP possa colaborar com a formação de futuros profissionais". É o caso de Carlos Gustavo Gomes, estagiário de Psicologia no Núcleo de Perícia Social, seção que atende as Promotorias de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social, Defesa do Idoso e do Portador de Deficiência, Defesa da Filiação, Defesa da

Saúde e Defesa da Comunidade. Carlos desenvolve trabalhos na área de saúde mental e diz que pretende se aprofundar nesta área da Psicologia. No dia-a-dia, atende ao público, integra equipes interdisciplinares em visitas externas, faz pesquisas, elabora relatórios e auxilia no encaminhamento de processos. Já para a estagiária de nível médio Lorena Ribeiro Cardoso, a grande vantagem do estágio é a experiência profissional, cada vez mais exigida pelo mercado de trabalho.

Para acompanhar o serviço de Carlos, Lorena e de outros estagiários, os supervisores de estágio registram, mensalmente, frequência e atividades desenvolvidas. A carga horária do estudante é de 20 horas semanais e a duração mínima do estágio, de seis meses, prorrogáveis por até três vezes. Para o pagamento das bolsas, o MPDFT gastou, em 2000, R\$ 301.400,70, cerca de 100% do orçamento destinado para esse fim. Além da bolsa mensal, os estudantes têm direito ao "Seguro Contra Acidentes Pessoais", que no ano passado utilizou R\$ 1.935,90 num total de 69% dos recursos previstos.

ORÇAMENTO

O Congresso Nacional aprovou o projeto de lei que altera programas e ações do PPA — Plano Plurianual de Investimentos — para o período iniciado em 2001 e que se completa em 2003. A sanção ocorreu em 15 de janeiro, transformando-se na Lei nº 10.178. Em consequência de um trabalho de esclarecimento aos deputados, realizado pela Procuradoria e Diretoria-Geral, todas as emendas relativas ao MPDFT foram acatadas e mantidas.

AUMENTA FROTA DE VEÍCULOS DO MPDFT

O MPDFT adquiriu, em fevereiro, mais duas vans para as Promotorias de Justiça das Circunscrições Judiciárias de Planaltina e Sobradinho. De acordo com o Promotor-Chefe de Planaltina, Daniel Rodrigues de Faria, os novos veículos tiveram aprovação unânime por parte dos colegas que utilizam o transporte. "Foi uma boa providência, pois o veículo antigo não estava em boas condições. A van não é lenta e é bastante confortável", afirma Daniel Rodrigues. O Promotor-Chefe de Sobradinho, Nelson Faraco de Freitas, também aprovou, considerando que: "O veículo é agradável e proporciona interação entre os Promotores a caminho do trabalho".

PROMOTORIA DO CONSUMIDOR RETIRA DA TV 240 PROPAGANDAS DE CIGARRO

O trabalho meticuloso da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor resultou em conquista inédita, que suspendeu 240 propagandas do cigarro da marca Free, veiculadas em rede nacional de televisão.

Laudos elaborados pelo Instituto de Criminalística (IC) e pelo Instituto de Medicina Legal (IML), produzidos no Inquérito Civil, comprovam que as propagandas continham carácter subliminar (abaixo do nível de percepção consciente do sujeito) e que foram feitas sob medida para criar sentimento de identificação em adolescentes, podendo atingir até crianças. Segundo o Promotor de Justiça Guilherme Fernandes Neto,

as propagandas poderiam estimular o comportamento inconseqüente do adolescente, vindo a atingir, direta ou indiretamente, a saúde.

De acordo com a conclusão do laudo elaborado pelo IC e pelo IML, "a observação criteriosa do conjunto e das partes da propaganda ora analisada indicou a utilização de técnica com o objetivo de transmitir mensagens, contendo estimulação subliminar que, somando ao tempo de exposição, distribuição cromática e espacial de escala, impossibilita uma leitura consciente por parte do receptor. Nesses casos as inserções de imagens, palavras e idéias não podem ser percebidas pelo



Promotor de Justiça Guilherme Neto

consumidor em um nível normal de consciência; portanto, não lhe é dado a opção de aceitar ou rejeitar a mensagem".

Com a veiculação das propagandas suspensa, o Promotor de Justiça aguarda a justificativa da empresa fabricante do cigarro.

PROMOTOR PROPÕE MOBILIZAÇÃO PELA SEGURANÇA NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Em uma iniciativa inédita, o Promotor de Justiça em Taguatinga Rubim Lemos conclamou os Promotores de Justiça, que atuam nas cidades do Distrito Federal, para montar um grupo de trabalho com o objetivo de melhorar as condições de segurança para a comunidade escolar. Alguns Membros já aceitaram o desafio, entre eles, o Promotor-Chefe de Samambaia, Marcel Nobrega de Araújo, e o Promotor de Justiça em Brazlândia, Jânio Antonio Coelho. Em Taguatinga, foi constituído um grupo de Promotores de Justiça para discorrer, nas escolas públicas, sobre normas de segurança.

A idéia do Promotor Rubim Lemos surgiu da denúncia de policiais militares, de que fatores como iluminação inadequada,

distância dos pontos de ônibus, ausência de porteiros e de policiamento, estariam agravando as situações de violência dentro e nos arredores das escolas em Taguatinga. O Promotor enviou ofícios para 63 diretores de escola com um questionamento: "A escola funciona com condições adequadas de segurança?". Dos 52 que responderam, apenas três disseram que sim.

Com esse resultado, o Promotor conseguiu que o Administrador de Taguatinga, Valdemar da Silva Aguiar, determinasse a onze engenheiros civis que percorressem as 63 escolas para verificar os principais problemas que afetam a segurança. Também obteve do responsável pela regional de ensino da cidade,



Promotor de Justiça Rubim Lemos

professor Gilmar José da Rocha, a garantia de iluminação interna nos colégios. Está em discussão a possibilidade de se escalar funcionários do Instituto Candango de Solidariedade para atuarem como porteiros das escolas, até realização de concurso público específico.



Procurador de Justiça
Antônio Ezequiel de Araújo Neto

EM BENEFÍCIO DA SOCIEDADE

Em 6 de julho de 2000, o Procurador de Justiça Antônio Ezequiel de Araújo Neto assumiu a Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão, com a promessa de implementar na Procuradoria uma nova dinâmica, para adequá-la ao perfil traçado pelo Procurador-Geral de Justiça. Desde então, a prioridade tem sido a questão dos serviços públicos.

Confira a lista dos procedimentos de investigação instaurados pela Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão na atual gestão:

DMTU/DETRAN – denúncia do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de BSB de que o transporte clandestino é feito por pessoas sem qualificação ou preparo profissional.

SECRETARIA DE TRANSPORTES DO DF - denúncia de que o Departamento de Concessão e Permissão pretende proibir os descontos nos serviços de táxi.

COMPANHIA ELÉTRICA DE BRASÍLIA - cobrança do serviço "Tudo em Casa" na conta de energia elétrica, que vem com dois códigos de barras, confundindo o consumidor.

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL DO DF, CRECHES DO DF - investigação sobre as condições de funcionamento de creches.

SECRETARIA DE CULTURA DO DF - transferência de local da Micarecandanga que, segundo denúncias, traz transtornos onde, atualmente, se realiza.

FEDERAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO DO DF - denúncia de que não é permitido ao militar se desvincular da Associação (CABE) que, mesmo sendo pessoa jurídica de direito privado, lança a contribuição à previdência da categoria, sendo que o PM contribui para a previdência oficial.

SINDICATO DOS SERVIDORES DO DF - denúncia de que o Poder Executivo forçou o comparecimento de funcionários do GDF à festa de 7 de setembro.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DF - denúncia de realização de concurso interno para progressão funcional de servidores, mesmo com aprovados em concurso público anterior.

GDF/METRÔ - investigação sobre o adiamento das atividades do Metrô.

GDF/CÂMARA LEGISLATIVA DO DF - denúncia, levantada por lideranças comunitárias, quanto à pressa com que o projeto de lei que modifica o Código

Tributário do DF e institui novas taxas foi enviado pelo GDF à Câmara Legislativa.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF - denúncia de irregularidade no concurso público, que foi revogado, sem devolução das taxas de inscrição.

ASS. SERVIDORES DA SECRETARIA ADM. E TRABALHO/ FHDF - denúncia de que FHDF exige de seus servidores ativos e inativos anuidade das empresas consignatárias para cessar o desconto em "folha de pagamento".

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DF - denúncia de discriminação de gênero em concursos para soldados.

ASSOC. DOS COOPERADOS E PROMITENTES COMPRADORES/HABITAT - investigação sobre a aquisição de unidades comerciais e residenciais no Shopping Center Boulevard.

SIND. COMER. VAREJ. DERIV. PETRÓLEO/ DF - denúncia sobre possível formação de cartel dos combustíveis no DF.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF - denúncia de que o GDF descumpra mandados judiciais, entre eles, o de pagamento do ticket-refeição.

NÚCLEO DE BASE E CIDADANIA DO PT/DF /ADM. REGIONAL DE BRASÍLIA - denúncia de agressões contra os integrantes do Núcleo de Base Cidadania do PT/DF.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - denúncia de que a substância "Lauril Sulfato de Sódio" (que faz espuma em shampoo) é prejudicial à saúde.

TCE - INDÚSTRIA ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA S/A - denúncia de que a "Rede Autorizada" não dispõe de estoque de peças para reposição e reparos, mas o consumidor recebe a garantia de assistência técnica no local da compra.

DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTE URBANO - denúncia de que, devido à falta de autorização de novas concessões, veículos não inspecionados

estariam prestando o serviço de transporte escolar.

POLÍCIA CIVIL DO DF - denúncia sobre discriminação no edital do concurso para Polícia Civil, como pedido de "ANTI-HIV".

POLÍCIA MILITAR DO DF - denúncia de crimes praticados por PMs, no Gama.

SECRETARIA DE SAÚDE DO DF - investigação sobre a atuação do Poder Público na distribuição gratuita de medicamentos para pessoas carentes.

NOKIA BRASIL - denúncia sobre comercialização de telefones (NOKIA 8860) com defeitos de qualidade.

AGÊNCIA NAC. DE VIG. SANITÁRIA - responsabilização civil e criminal dos responsáveis pela fabricação, distribuição, manipulação e comercialização de medicamentos com a substância fenilpropranolamina.

GM/FIAT/VOLKSWAGEN/FORD/MERCEDES E OUTROS - denúncia de que as montadoras descumprem normas de controle para emissão de poluentes e sonogam a informação ao consumidor.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA - denúncia de ocupação irregular dos boxes da Feira Permanente.

SINDICATO DOS AUX. DE ADM. ESCOLAR NO DF/ SINPRO/DF - denúncia de atraso no pagamento dos servidores públicos.

TELEBRASÍLIA - denúncia de divulgação da informação, "por solicitação do assinante, a linha se acha bloqueada", em casos de mora ou inadimplência.

INSS/MPS - denúncia de que faxineiros não podem usar elevadores.

GDF/ BOLSA-ESCOLA - denúncia sobre a extinção do Programa Bolsa-Escola.

GDF / IPVA - denúncia sobre cobrança irregular do IPVA.

CERVEJARIA SWINGERS - denúncia de que a Cervejaria Swingers discrimina seus consumidores.